



INDUSTRIALIZAÇÃO E INCENTIVOS FISCAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Patrícia Pogliési Paz

Carlos Otávio Zamberlan

Eliana Lamberti

Resumo

Este artigo objetiva apreender a realidade industrial de Mato Grosso do Sul por meio da política de incentivos fiscais. De modo específico, pretende estudar as diferentes linhas de incentivos fiscais (em nível federal, estadual e municipal); verificar a distribuição quantitativa dos segmentos industriais nos municípios e analisar qualitativamente os setores beneficiados. Do ponto de vista metodológico, realizou-se a revisão bibliográfica baseada na literatura relacionada ao tema. A base empírica foi construída a partir de dados secundários disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional das Indústrias, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul. O território de Mato Grosso do Sul é contemplado pela política industrial por meio do Programa MS-EMPREENDEDOR (regulamentado por Lei Complementar), e dispõe ainda de incentivos de créditos federais oferecidos por instituições bancárias (BNDES) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), além dos incentivos municipais. Através da análise dos dados secundários verificou-se que no período de 2002 a 2013 a participação da indústria no PIB de Mato Grosso do Sul obteve um crescimento, com predomínio da agroindústria de transformação. No período de 2010 a 2015, 406 indústrias receberam incentivos para a implantação ou ampliação de suas plantas industriais e geraram neste período, 52.824 empregos. Os municípios do estado que mais tiveram indústrias incentivadas no referido período, foram os seguintes: Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba, Dourados, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Terenos, Bataguassú, Naviraí e São Gabriel do Oeste.

Palavras-Chave: Política de Industrialização. Guerra fiscal. Desconcentração industrial. Planejamento público.

1. Introdução

O processo de industrialização brasileiro foi lento e tardio, pois começou com um atraso de mais de um século em relação aos países líderes da Revolução Industrial¹. Mesmo após o Brasil deixar de ser colônia de Portugal, ainda manteve suas raízes tipicamente agrárias até meados do século XIX. Esse processo de industrialização, e

¹ As origens do processo de industrialização remontam ao século XVIII, quando, em sua segunda metade, emerge na Inglaterra, grande potência daquele período, uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica, que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Hoje esse processo já é conhecido como Primeira Revolução Industrial, pois, nos séculos XIX e XX, novas transformações geraram a emergência da Segunda e da Terceira Revolução Industrial. (AZEVEDO, 2010, p. 12).

consequentemente as alterações das características de uma sociedade rural e agrária para uma urbana e industrial, iniciou-se na segunda metade do século XIX, ganhou impulso nas primeiras décadas do século XX e teve um salto no período pós Segunda Guerra Mundial. Tal processo apresentou várias fases de declínio e crescimento da atividade industrial, mas o traço comum a todas elas foi à presença, em maior ou menor grau, de ações do Estado impulsionando a formação e a consolidação do parque industrial brasileiro (Mendonça, 2010).

Silva (2008) ressalta que dentre as principais características da industrialização tardia do Brasil, ocorrida ao longo do século 20, destaca-se o processo de concentração geográfica na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, o que acabou reproduzindo uma série de desigualdades regionais no território brasileiro.

A partir da década de 1940/1950, Diniz (1995) destaca que começou a ocorrer um movimento de desconcentração geográfica da produção; inicialmente com o movimento da fronteira agropecuária no sentido do sul do Brasil e, mais recentemente, em direção às regiões Centro-Oeste e Norte e às faixas de cerrados do Nordeste. Os anos de 1970 marcaram uma mudança na localização industrial brasileira com efeitos significativos no setor de serviços e comércio.

Para Diniz (1995) o processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo para várias regiões do país, resultou de vários fatores, em especial de: a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infra-estrutura; c) busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; d) unificação do mercado, potencializada pelo incremento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização.

O diagnóstico proposto por Ribeiro Silva (2016) foi inspirador. O autor ressalta que a política de incentivos fiscais sul-matogrossenses, especialmente a partir da Lei Complementar nº 93 de 05 de novembro de 2011, concedeu subsídios para 410 empresas entre os anos de 2001-2014 e agregou um crescimento nominal do PIB industrial do estado em 336% no período 2002-2014. Essa industrialização é resultado da articulação entre política industrial do governo federal e a política de incentivos fiscais estaduais.

É neste contexto que as próximas páginas estão organizadas. E para contemplar o objetivo geral (apreender a realidade industrial de Mato Grosso do Sul por meio da política de incentivos fiscais) é necessário compreender a “ação do estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infra-estrutura” (Diniz, 1995, p 7). Portanto, de modo específico e complementar pretende-se conhecer as linhas de incentivos

fiscais que incidem neste território, verificar a distribuição quantitativa dos segmentos industriais nos municípios e analisar qualitativamente os setores beneficiados².

Para contemplar os objetivos propostos, a escolha em termos metodológicos refere-se a revisão da literatura e coleta de dados.

A revisão da literatura pressupôs a identificação de referencial teórico necessário para interpretar e analisar os dados bem como trabalhos de outros pesquisadores com a mesma temática e disponibilizados em dissertações, teses, livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*).

A coleta de dados pautou-se em dados secundários para verificar se houve evolução no processo de industrialização do estado de Mato Grosso do Sul (MS), bem como os municípios que mais utilizaram a política de incentivos fiscais para a instalação de indústrias. Os referidos dados foram consultados nos *sites*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) de (MS), Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

2. Da Formação Industrial Brasileira à Industrialização de Mato Grosso do Sul

Para compreender a dinâmica industrial de Mato Grosso do Sul, é necessário apreender as raízes da formação e concentração industrial brasileira e seus desdobramentos na conformação das desigualdades regionais.

Até a década de 1920, a produção cafeeira era a principal pauta das exportações brasileiras, e o estado de São Paulo era responsável por grande parte das exportações de café no mundo. Nesse sentido, Negri (1994) ressalta que o estoque médio de cafeeiros em produção em São Paulo, no início do século XX, ultrapassava 600 milhões e a produção exportável era, em média, oito milhões de sacas, representando dois terços das exportações brasileiras. Nos anos de 1920, o estoque médio de cafeeiros, na mesma região, alcançaria a cada de um bilhão com produção exportável de onze milhões de sacas, mantendo a proporção das exportações nacionais. Para o autor, o café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, que compreendesse um sistema de transporte e comércio, além de serviços para atender um grande número de trabalhadores. Portanto, com o complexo cafeeiro a se desenvolver, surge um processo de urbanização paralelo, que

² Este artigo constitui-se em reflexões atinentes ao projeto de pesquisa submetido junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) cuja temática busca relacionar o desenvolvimento, a industrialização e o Planejamento Público de Mato Grosso do Sul.

possibilita a expansão de uma agricultura de alimentos e matéria-prima, que passa a operar com recursos próprios.

A economia cafeeira contribuiu de forma relevante para a industrialização brasileira. Negri (1994) aponta que a ampliação e reprodução do complexo cafeeiro não significaram apenas o aumento da produção de café, mas, sobretudo um processo de criação de novos espaços para a acumulação que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores como: infraestrutura de transportes ferroviários, porto marítimo, de comunicações e de urbanização, além da imigração, que possibilitou o desenvolvimento de um amplo mercado de trabalho, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública, e em especial, na estrutura e dinâmica da circulação dentro do território estadual, chegando mesmo aos estados limítrofes. Entretanto, a lógica cafeeira era dependente da demanda do mercado internacional e em 1929 registra-se o início de um longo período de recessão econômica que afetou diversos países³ e não seria diferente com a economia cafeeira.

Os efeitos da chamada Grande Depressão foram sentidos no mundo inteiro, com a intensidade variando de país para país. No Brasil que naquela época era pouco industrializado, ocorreu intensa desvalorização da saca de café, inviabilizando a sua exportação. A Grande Depressão acabou por acelerar o processo de industrialização brasileira. Nesse sentido, Silva (2008) destaca que, com a grande depressão de 1929, além da exportação do café ser inexecutável, a importação de produtos manufaturados se tornou inviável. Frente a isso, o país necessitava industrializar-se para substituir importações, e nasce o processo de industrialização perante uma dificuldade externa. Segundo o autor, a indústria de substituição de importações vai se desenvolver, principalmente, com bens de consumo não duráveis, destacando-se a indústria têxtil e alimentícia. No entanto, apesar do Estado capitalizar a indústria nascente e existir um grande contingente de mão de obra barata, advinda do êxodo rural, havia restrição financeira e tecnológica para dinamizar uma fundamental indústria de base.

³ Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, redução do produto interno bruto de diversos países, bem como diminuição significativa na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todas as atividades econômicas, em diversos países no mundo. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as nações europeias reconstruíram suas indústrias e cidades, logo, diminuíram drasticamente a importação de produtos industrializados e agrícolas dos Estados Unidos. Com a diminuição das exportações para a Europa, as indústrias norte-americanas começaram a aumentar os estoques de produtos. Grande parte destas empresas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova York e milhões de norte-americanos tinham investimentos nestas ações. Em outubro de 1929, devido à desvalorização das ações de muitas empresas, houve uma correria de investidores que pretendiam vender suas ações. As ações se desvalorizaram fortemente em poucos dias, causando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e o número de falências de empresas foi enorme e o desemprego atingiu quase 30% dos trabalhadores.

Essa indústria só veio a se desenvolver no Brasil pela ação política do presidente Getúlio Vargas. Durante o período do Estado Novo⁴ (1937-1945), iniciaram-se as políticas buscando a implantação de indústrias no país, que foram intensificadas a partir da década de 1950 com o Plano de Metas⁵ do governo de Juscelino Kubitschek.

A economia brasileira no momento em que Getúlio Vargas assumiu o governo, após a Revolução de 1930, estava marcada pelo impacto da depressão mundial causada pela crise de 1929. Notava-se claramente a sua vulnerabilidade pela total dependência em relação ao mercado externo do café. A amplitude do choque alertou para a necessidade de adaptação à nova realidade internacional, mesmo se mantendo a defesa do café (MOREIRA, 2002). Dessa forma, Getúlio Vargas priorizou os investimentos estatais no setor de infraestrutura, tais como transporte, energia e indústria de base, pois desenvolver esses setores era fundamental para garantir o sucesso do projeto de industrialização brasileiro.

Um acontecimento de fundamental importância para o fomento da indústria siderúrgica brasileira foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN), no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1941. A instalação da indústria de base no Brasil somente foi possível após o alinhamento político com os Estados Unidos da América. Os norte americanos forneceram os empréstimos necessários para que a CSN fosse construída. Outro efeito dessa aliança com os Estados Unidos foi a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (no comando dessa força de coalizão estavam

⁴ Estado Novo - foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 por meio de um golpe de estado, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. A política econômica do Estado Novo, conduzida pelo ministro da Fazenda Sousa Costa, caracterizou-se por um forte intervencionismo estatal. Foi o tempo da negociação da dívida externa e da criação de conselhos regulatórios nas áreas de finanças, comércio e recursos energéticos, como o Conselho Nacional do Petróleo ou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Foi também o tempo da entrada do Brasil na guerra e da criação de um órgão de planejamento integrado chamado Coordenação da Mobilização Econômica. Se a guerra, de um lado, criou dificuldades impondo limites à importação, de outro, conduziu à retomada do crescimento, estimulando a industrialização. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>> Acesso em: 11. Out. 2016.

⁵ Programa ou Plano de Metas - ideal desenvolvimentista consolidado em um conjunto de 30 (trinta) objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia abrangendo metas para cada um, os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. O Plano de Metas de Juscelino foi elaborado com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas. O último grande esforço de diagnóstico dos entraves ao crescimento econômico brasileiro fora feito pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas. Os estudos da Comissão Mista, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade de eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em 11. Out. 2016.

os Estados Unidos, Reino Unido e a União Soviética), lutando contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

As políticas objetivando a industrialização, implementadas no Estado Novo e principalmente no Plano de Metas realizaram investimentos nas áreas de energia, transporte, aparelhamento portuário, educação e saúde, para garantir as condições gerais da produção industrial (SILVA, 2008).

A acentuada concentração da indústria brasileira no estado de São Paulo foi determinada pelo processo histórico, visto que devido ao complexo cafeeiro, o estado dispunha de fatores propícios para a instalação das indústrias como: capital, mercado consumidor, mão-de-obra e transportes. Dessa forma, a atuação estatal através de planos governamentais, como o Plano de Metas, acentuou esta concentração no Sudeste, destacando o estado de São Paulo. Nesse contexto, Mendonça (2010) aponta que,

[...] os elementos indispensáveis para o processo de industrialização do Brasil estavam concentrados no Centro-Sul do país, principalmente em São Paulo. A industrialização brasileira ocorreu de fato nesse estado da federação, especialmente na sua capital e vizinhança. A cidade de São Paulo também foi muito beneficiada pela sua posição geográfica. Localizada na porção oriental do estado, no planalto e próxima a serra do Mar, e constituindo passagem obrigatória para o porto de Santos, o mais importante do país desde o fim do século XIX, ela cresceu bastante com o comércio do café. No século XIX, esse comércio criou eficiente infraestrutura de ferrovias necessárias ao escoamento da produção cafeeira até o porto de exportação, e todas essas ferrovias passavam pela capital paulista. (MENDONÇA, 2010, p. 8).

A implantação da indústria automobilística no governo de Juscelino Kubitschek contribuiu para o aumento da concentração industrial no estado de São Paulo. Na década de 1970, a região metropolitana de São Paulo representava quase a metade (45%) do valor da produção industrial no país. Além das questões econômicas, essa concentração industrial intensificava as desigualdades regionais, motivando intensa dinâmica migratória (SILVA, 2008). Negri (1994) destaca que,

[...] a produção industrial e de serviços, concentrou-se na região Sudeste, em especial em São Paulo e na sua região metropolitana, onde as unidades produtoras adotavam, sempre que possível tamanho e dimensões produtivas para operar em escala nacional. Aliado a isso tivemos, também, uma constante melhoria no sistema de transportes, principalmente o rodoviário, a partir do Plano de Metas. Nas áreas mais atrasadas realizaram-se investimentos em unidades de produção e distribuição com menores escalas, na proporção de seus mercados consumidores. Todos estes aspectos redefinem a questão da desconcentração, impossibilitando uma distribuição mais equitativa da capacidade produtiva, sem que houvesse alguma forte política de indução. É neste contexto que a explicitação da questão regional, no final da década de 1950, deve ser entendida. Ela se evidencia com clareza e torna-se debate nacional com a divulgação dos primeiros resultados das contas nacionais por região, que salientam a desigualdade na apropriação da

renda, e com os surtos de imigração, em massa, de nordestinos, "expulsos pela seca", cuja mobilidade espacial se vê favorecida pela melhoria no sistema de transportes. (NEGRI, 1994, p. 136-137).

2.1. Planejamento Público e "Guerra Fiscal"

A ampliação da autonomia fiscal dos estados⁶ e municípios brasileiros, somada a concepção de que a industrialização é o caminho para o desenvolvimento econômico fez com que regiões menos industrializadas passassem a estimular a instalação de indústrias por meio de incentivos fiscais, de modo a atrair investimentos e conseqüentemente gerar riqueza e renda para a sua região. Essa estratégia propiciou o acirramento de disputas entre diversas instancias de planejamento público para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios.

Nesse contexto, de acordo com Sunkel e Paz (1988) apud Oliveira (2002),

o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. Esse processo, no entanto, não se dá necessariamente de maneira espontânea, pode ser deflagrado por medidas e ações dos governos que vêm na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. A idéia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização é reforçada pelo desempenho das nações mais industrializadas do planeta, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, que alcançaram níveis elevados de conforto e de qualidade de vida (SUNKEL; PAZ, 1988 apud OLIVEIRA, 2002, p. 44).

Para Santos e Silveira (2001) isso se traduziu em uma guerra dos lugares no Brasil, e a busca das empresas por "lugares produtivos":

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de estados e municípios pela presença de empresas e a busca de empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista, sobretudo, nos seus aspectos fiscais. A realidade é que do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se na verdade, de uma busca de lugares "produtivos" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 296).

A concessão de benefícios fiscais pelos Estados visa gerar emprego e renda para a população e o aumento do valor acrescentado ao longo das cadeias produtivas, devido à maior transformação industrial, e ainda, ao aumento da receita tributária futura. No entanto, a "guerra fiscal" entre estados e municípios causa efeitos negativos, na medida em que gera

⁶ A concessão de maior autonomia aos Estados, a partir da Constituição Federal em 1988, culminou com a criação de programas de incentivos fiscais visando o desenvolvimento dos mesmos.

conflitos entre os estados, aumentando a concorrência entre os mesmos. Nesse sentido, Ferreira (2000) e Lengruber (1999) apud Nascimento (2008) ressaltam que,

Esta "Guerra" gera conflitos na Federação. No curto prazo, o Estado que deflagra a guerra se beneficia. No longo prazo, a generalização do conflito faz com que os ganhos iniciais desapareçam, pois os incentivos fiscais perdem o seu poder de estímulo e se transformam em meras renúncias de arrecadação; além disto, os Estados que mais perderão serão os mais pobres, que, curiosamente, são os que mais concedem incentivos, uma vez que, paralelo ao desenvolvimento atraído para o seu território, desencadeia-se a contrapartida natural, ou seja, o crescimento das demandas por serviços públicos, tais como: educação, saúde, transporte, segurança, saneamento básico, entre outras despesas provenientes do crescimento populacional e da elevação da renda *per capita* (FERREIRA, 2000; LENG RUBER, 1999 apud NASCIMENTO, 2008, p. 680).

Contudo, os governantes estaduais, para justificarem a sua adesão à guerra fiscal, afirmam que tal procedimento estimula aumentos na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Este aumento, no curto prazo, seria fruto do efeito multiplicador, a partir da instalação de uma nova empresa no Estado, ou seja, o crescimento indireto desencadeado pela implantação de uma nova planta. No longo prazo, o crescimento da receita seria fruto do recolhimento do ICMS pela empresa, quando do término da renúncia do recolhimento do tributo (NASCIMENTO, 2008).

Do ponto de vista do planejamento com vistas ao desenvolvimento regional, Diniz (1995) destaca o seguinte:

O Brasil vem executando um conjunto de políticas de desenvolvimento regional. A peça central destas políticas tem sido a manipulação de um conjunto de incentivos fiscais, através dos quais procura-se baratear a formação de capital, reduzir a carga tributária ou mesmo facilitar importações. No que se refere aos incentivos fiscais existentes desde o início deste século, os mesmos foram ampliados e generalizados a partir do final da década de 60. Os exemplos mais conhecidos são os da Sudene para o Nordeste brasileiro e os da Sudam e da Suframa para a região amazônica e para Manaus. Além desses, podem ser mencionados incentivos e subsídios para reflorestamento, turismo, exportação, crédito agrícola, preços mínimos, combustíveis, entre outros. Esta avalanche de subsídios e incentivos baratearam a formação de capital, reforçando inclusive a expansão da fronteira. (DINIZ, 1995, p. 9).

Como exemplo de política de desenvolvimento regional, tem-se a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) uma autarquia federal brasileira criada por meio da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, com o objetivo de elaborar Planos Diretores para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Para Abreu (2001, p. 265), "o desconhecimento da SUDECO pela sociedade regional, a falta de ações efetivas que levassem o nome da Superintendência à frente, não a consolidou, até 1984, como importante efetivo para promover o desenvolvimento regional". A SUDECO foi extinta no ano

de 1990, sobre esse aspecto os autores Rocha, Buscioli e Silva (2012), destacam o seguinte,

Extinta em 1990, concluiu-se que a SUDECO desenvolveu suas ações sob diversas falhas e objetivos que não lograram êxito, compondo o que se convencionou caracterizar como um modelo de desenvolvimento falido, embora muitos defendam que a SUDECO tenha cumprido parte de suas funções, já que a região Centro Oeste, sob sua gestão, cresceu bem acima da média nacional e contribuiu para aprimorar a infraestrutura básica e estimular a agroindústria regional, agregando valor à produção primária. (ROCHA; BUSCIOLI; SILVA, 2012, p. 137).

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) voltou a existir em maio de 2011 (21 anos após sua extinção). A nova autarquia é vinculada ao Ministério da Integração Nacional. O processo legal de recriação da SUDECO foi iniciado em 2009 através da Lei Complementar nº 129 de 08 de janeiro de 2009. Já a sua regulamentação aconteceu em 2011 - por meio do Decreto Presidencial nº 7.471, de 4 de maio de 2011. De acordo com a referida Lei, cabe à autarquia elaborar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, visando à redução das desigualdades regionais, o incremento da competitividade da economia regional e a inclusão social. Este plano deverá estar articulado com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A SUDECO regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), com o objetivo de assegurar recursos para implantação de projetos de desenvolvimento de grande porte e infraestrutura. Por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), ela possibilita também a realização de financiamentos de investimentos junto aos setores produtivos da região, considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Sobre política de desenvolvimento regional Domingues e Ruiz (2006) destacam que,

[...] esta deve estar voltada para o desenvolvimento menos desigual do território nacional e deve privilegiar regiões excluídas das vantagens de retornos crescentes espaciais, ou seja, as regiões periféricas. Para desenvolver essas regiões, as políticas regionais deveriam criar condições de produção que estivessem em sincronia com a política industrial. Caberia à política regional selecionar, dentre as firmas ou indústrias privilegiadas pela política industrial, aquelas que estivessem mais adequadas às particularidades regionais. Como já observado por muitos, a instalação de firmas (ou mesmo grupo de firmas) em algumas regiões pode gerar fortes reações negativas, tais como deslocamento populacional e degradação do meio-ambiente, e não criar efeitos transbordamentos e encadeamentos que estão na base de um desenvolvimento regional sustentável. (DOMINGUES; RUIZ, 2006, p. 44).

2.2. Incentivos à Indústria em Mato Grosso do Sul

Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul que faz parte da região Centro-Oeste, além da política de incentivo fiscal estadual para a atração de indústrias, também se beneficia de incentivos do governo federal.

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (SEMADE), o estado dispõe de incentivos federais, estaduais e municipais visando à sua industrialização.

Em se tratando dos incentivos de crédito federais, além das linhas de créditos tradicionais oferecidas por instituições bancárias (BNDES Automático, FINAME e PROGER)⁷, o Mato Grosso Sul detém linha de fomento empresarial criada pela Constituição Federal de 1988, voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, denominado FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO). As empresas e os produtores rurais podem solicitar empréstimos de até R\$ 4,8 milhões excepcionalmente poderá alcançar até R\$ 40 milhões. O prazo de pagamento para investimento fixo – é de até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos; para capital de giro associado – é de até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano.

Especificamente de natureza estadual, os incentivos correspondem ao Programa MS-EMPREENDEDOR (Lei Complementar nº 93 de 05 de novembro de 2011 que instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda, denominado de MS-EMPREENDEDOR) que dispõe sobre benefícios ou incentivos fiscais concedidos às indústrias que se instalem ou ampliem suas instalações, de até 67% do ICMS devido, pelo prazo de até 15 anos, prorrogável por igual período, conforme perfil do empreendimento. O programa prevê a possibilidade de: dispensa do pagamento do ICMS incidente sobre as entradas interestaduais ou sobre a importação de máquinas e equipamentos, destinados ao ativo fixo da empresa; diferimento do ICMS incidente sobre importações de matérias-primas. Ou seja, são benefícios ou incentivos, fiscais, financeiro-fiscais ou extrafiscais, que possam ser utilizados como instrumentos de política fiscal ou de fomento à industrialização do Estado e à circulação de bens econômicos em seu território⁸.

⁷ BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; FINAME - é um financiamento do BNDES feito por intermédio de instituições financeiras credenciadas para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional para empresas que estejam credenciadas no BNDES; PROGER - Programa instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, cujo objetivo é financiar projetos de investimentos com capital de giro associado, que visem geração de emprego e renda.

⁸ Os objetivos governamentais do Programa MS-EMPREENDEDOR são os seguintes: instalação de novas empresas e a ampliação, modernização, reativação ou realocação das existentes, especialmente no sentido da interiorização dos empreendimentos econômicos produtivos e do aproveitamento das potencialidades econômicas regionais; transformação de produtos primários em produtos industrializados, favorecendo a integração e verticalização das cadeias produtivas e agregando valor a esses bens; diversificação das bases produtiva e circulatória de bens e serviços, dinamizando a economia e propiciando a geração de novos empregos estáveis, o aumento da renda

Do ponto de vista local, os municípios detêm políticas diferenciadas para atração de indústrias, negociadas diretamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal. Alguns benefícios que podem ser deferidos são: doação de áreas em núcleos industriais; terraplanagem; isenção de Impostos Predial Territorial Urbano - IPTU e Imposto Sobre Serviços - ISS; Capacitação de mão-de-obra.

3. Resultados e Discussão

De acordo com estudo realizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI)⁹, e divulgado durante o Encontro Nacional da Indústria (ENAI-2014), o estado de São Paulo, o maior parque fabril do país, vem perdendo espaço na produção da indústria brasileira. Apesar de responder por 29,8% de tudo o que é produzido pelo setor no Brasil, a participação deste estado foi reduzida na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em uma década - de 2002 a 2012 -, a participação da indústria paulista no PIB industrial recuou 7,9 pontos percentuais, a maior queda registrada entre os demais estados e o Distrito Federal. Por outro lado, aumentou a participação no PIB dos outros três estados da Região Sudeste, e de outros localizados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Esses estados também estão contratando mais trabalhadores. O aumento da contribuição dos estados na produção nacional mostra que há desconcentração da indústria no Brasil.

Conforme o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul/SEMADE/2015 o setor industrial de Mato Grosso do Sul está direcionado para o beneficiamento de produtos vindos principalmente do setor agropecuário como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca, minérios e madeiras. O parque industrial do Estado é constituído basicamente por quatro pólos¹⁰: Pólo de Campo Grande com segmentos industriais de

per capita e a melhor distribuição dos bens econômicos; melhoria aferível das condições de trabalho dos operários, inclusive a implantação de cursos profissionalizantes pelas empresas ou em parceria com estas; ampliação ou, no mínimo, a manutenção dos postos de trabalho; estímulo à parceria ou à troca de informações entre empresas e universidades, com ou sem a participação direta de órgãos governamentais nos projetos e atividades, nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, concretamente aplicáveis aos empreendimentos locais, melhorando a produção e a circulação de bens e serviços; fornecimento dos meios ao seu alcance para que as empresas locais possam tornar-se competitivas no mercado; estímulo e fomento à instalação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas instalados no Estado, por meio da concessão de financiamentos de projetos e de benefícios ou incentivos fiscais, inclusive redução indireta de carga tributária.

⁹ Notícia disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>>. Acesso em 02. Nov. 2016.

¹⁰ Pólos - Na concepção do autor François Perroux, [...] pólos são as concentrações de atividades industriais que geram riqueza e mercados para as suas áreas satélites. Podem ser considerados, portanto como conjunto de firmas motrizes que influencia a cadeia econômica. A origem dos pólos está na concentração e no desenvolvimento de uma atividade industrial distribuída num raio geográfico que é responsável pela variação de fluxos e produtos. O atendimento às necessidades coletivas derivadas dessas concentrações, como a moradia; o transporte; os serviços públicos; etc. - ao lado das atividades complementares da indústria motriz - são consideradas responsáveis pelo aumento das rendas e dos benefícios gerados à população (PERROUX, 1966 apud TAVARES, 2015, p. 1).

frigoríficos, lácteos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário, entre outros, liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia; Pólo de Dourados com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, entre outros, destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brillhante; Pólo de Três Lagoas com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, indústrias de bebidas, siderurgia, madeira, entre outros, com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado, e Pólo Industrial de Corumbá com indústria extrativa mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário. De acordo com o autor Ribeiro Silva (2016), os referidos pólos foram formados no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)¹¹ e são inspirados nos estudos do economista francês François Perroux.

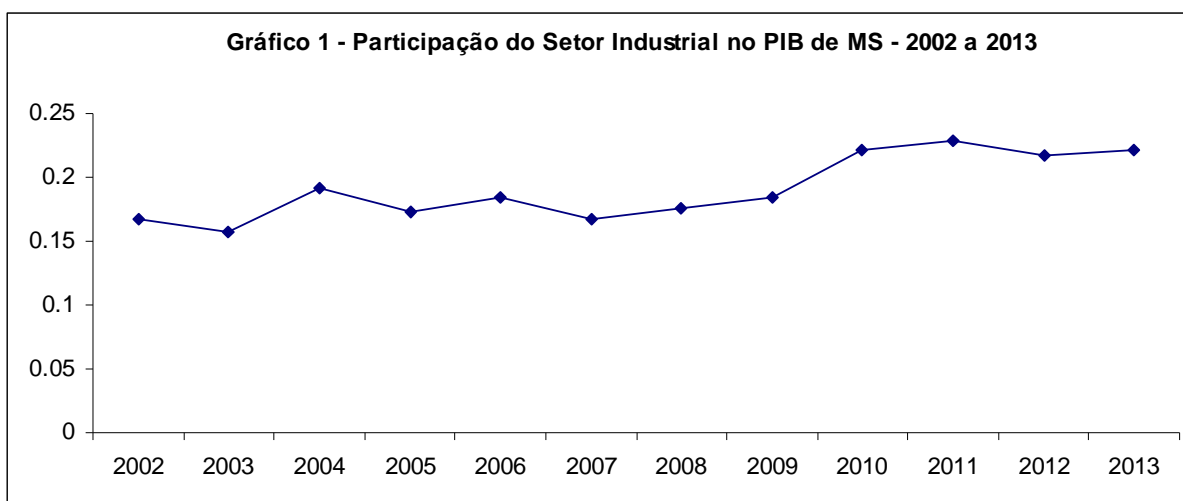
Esse retrato industrial é explicado por Las Casas *et al.* (2016) que destaca:

[...] a economia sul-mato-grossense apresenta um forte predomínio da agropecuária e caracteriza-se pelo potencial no fornecimento de matérias-primas para a agroindústria. Na divisão setorial da economia do Estado, a ênfase é para o setor de serviços que vem se desenvolvendo alicerçado na agropecuária. A pecuária e a agricultura são as atividades básicas do setor primário, no qual a cana-de-açúcar e a silvicultura encontra-se em franca expansão. Portanto, o desempenho da economia de MS está diretamente ligado ao comportamento do agronegócio. (LAS CASAS *et al.*, 2016, p. 285).

Dados da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS) relativos ao ano de 2013 apontam que o estado de Mato Grosso do Sul apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) industrial de R\$ 13,55 bilhões, equivalentes a 1,2% da indústria nacional. No Gráfico 1 observa-se que no período de 2002 a 2013 a participação da

¹¹ O II Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como objetivos centrais elevar a renda per capita a mais de mil dólares e fazer com que o produto interno bruto ultrapassasse os cem bilhões de dólares no ano de 1977. A principal meta para o quinquênio 1975-1979 era o ajustamento da economia nacional à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio da evolução industrial do país. Por isso mesmo era dada grande ênfase às indústrias básicas, sobretudo aos setores de bens de capital e da eletrônica pesada. O objetivo era substituir as importações e abrir novas frentes de exportação. O Plano previa ainda a necessidade de a Agropecuária passar a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. Esse novo papel significava, de um lado, a contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador. De outro lado, efetivar a predisposição do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados. Outro item importante era o desenvolvimento de uma política de integração nacional, baseada num programa de aplicação de recursos no Nordeste. Era também prevista a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, a ser promovida pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>> Acesso em: 01. Abr. 2017.

indústria no PIB de Mato Grosso do Sul aumentou de 16,71% no ano de 2002 para 22,16% no ano de 2013.



Fonte: SEMADE-MS, 2016
Elaborado pela autora

De acordo com o IBGE, a atividade industrial é constituída pelos setores: extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Nesse sentido, a Tabela 1 indica a dinâmica dos setores industriais na composição do PIB/MS no período de 2002 a 2012.

Tabela 1 - Dinâmica dos Setores Industriais na Composição do PIB/MS/ 2002-2012

Setor de Atividade	Participação Relativa (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Extrativa Mineral	0,47	0,41	0,24	0,45	0,60	0,36	1,17	0,44	1,25	1,02	0,84
Transformação	7,79	8,72	9,96	8,52	9,12	8,16	8,36	9,02	11,58	11,98	11,73
Construção Civil	6,57	4,29	5,94	5,21	5,66	5,89	5,93	6,20	6,42	6,90	6,39
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,88	2,27	3,07	3,06	3,07	2,28	2,18	2,82	2,90	2,92	2,73

Fonte: SEMADE-MS, 2015
Elaborado pela Autora

De acordo com os dados da tabela, percebe-se a maior participação do setor de atividade industrial de transformação na composição do PIB de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul/SEMADE (2015, p. 81), “o crescimento da indústria tem como carro-chefe a agroindústria de transformação”. Este segmento está voltado para o beneficiamento da produção primária, que vem da cadeia dos complexos de grãos, carnes, leite e demais produtos agropecuários e derivados.

Na tabela 2 têm-se os principais setores da Indústria em Mato Grosso do Sul, número de empresas, trabalhadores e a participação de cada setor no valor bruto da indústria do estado. Os dados revelam a influência de setores da indústria ligados ao agronegócio¹² na economia de Mato Grosso do Sul. O setor Frigorífico e de Produtos de Carne aparece em primeiro lugar, com uma participação de 39,20% no valor bruto da indústria de MS, em segundo está a setor Sucreenergético com participação de 10,30%. Os setores da indústria que geraram maior número de empregos foram o da construção civil (26.107), frigorífico e de produtos de carne (23.560) e sucreenergético (21.121).

Tabela 2 - Principais Setores da Indústria em Mato Grosso do Sul

Setores da Indústria	Nº de empresas	Nº de trabalhadores	Participação no valor bruto da indústria em MS (%)
Frigorífica e de Produtos de Carne	134	23.560	39,20%
Sucreenergética	22	21.121*	10,30%
Construção Civil	3.054	26.107	7,30%
Papel e Celulose	3	3.564**	6,40%
Alimentos e Bebidas	946	10.738	6,30%
Têxtil, Confecção e Vestuário	397	6.499	5,60%
Mecânica	358	3.027	5,50%
Metalúrgica	606	4.118	5,30%
Extrativa	123	2.634	4,50%
Química, Produtos Veterinários e Farmacêuticos	190	3.409	2,90%
Produtos Minerais não Metálicos	411	4.143	2,10%
Produtos Plásticos	95	2.365	1,60%
Beneficiamento do Couro	41	1.531	1,50%
Calçados	25	1.879	0,60%
Madeira e Mobiliário	423	2.581	0,60%
Gráfica	358	1.756	0,30%

*Somente nas Usinas/ ** Sem a parte florestal

Fonte: FIEMS, 2016

Elaborado pela autora

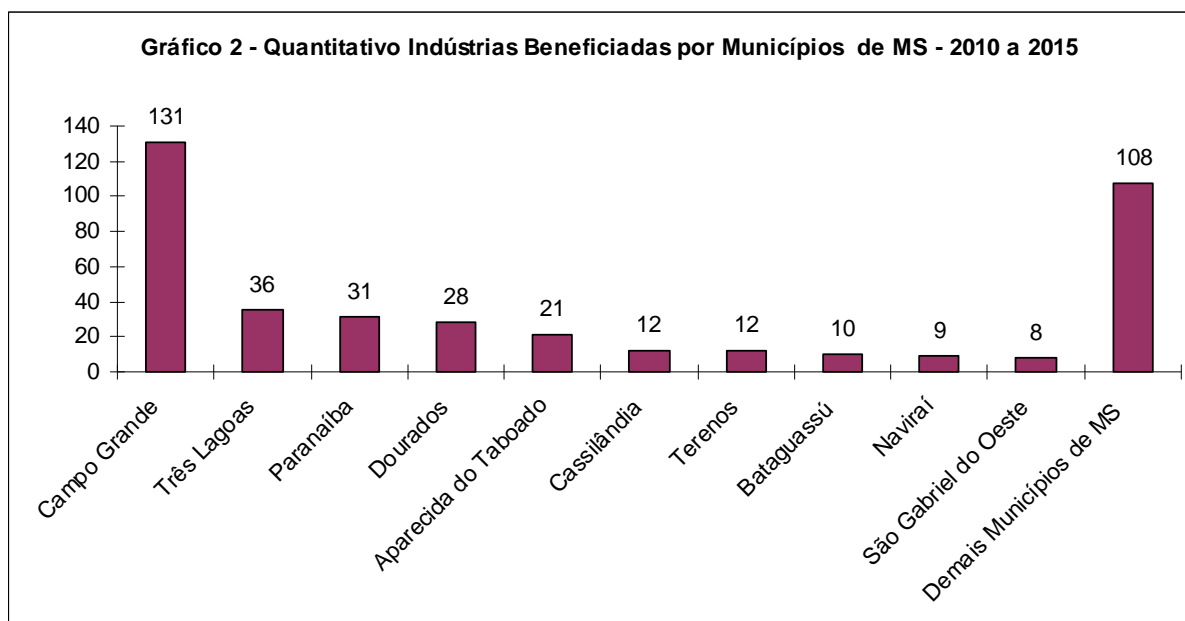
Oliveira (2003) ressalta que as indústrias frigoríficas e as esmagadoras de soja no decorrer da história recente, reservaram papel de destaque no estado de Mato Grosso do Sul. Para o autor,

¹² Agronegócio é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. E envolve desde a pesquisa científica até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/agronegocioConceito.php>> Acesso em 05 de Nov. de 2016.

[...]. Foram os frigoríficos e as esmagadoras os principais incentivadores da expansão e, principalmente, da modernização da agropecuária. Foram esses segmentos industriais, ou melhor, agroindustriais, que desencadearam sucessivos investimentos de capitais de outras praças, para dentro do Estado. Logo, cuidar, em primeiro plano, dos interesses desses dois setores, não alude como algo estranho (OLIVEIRA, 2003, p. 228).

No intuito de ampliar o número de indústrias instaladas, o estado de Mato Grosso do Sul (como foi abordado anteriormente) se utiliza de políticas e mecanismos de incentivo para atraí-las. De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), no período de 2010 a 2015, 406 indústrias receberam incentivos para a implantação ou ampliação de suas plantas industriais. Neste período, as indústrias que receberam incentivos fiscais geraram 52.824 empregos.

Dentre os municípios do estado que mais tiveram indústrias incentivadas no referido período, têm-se respectivamente os municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba, Dourados, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Terenos, Bataguassú, Naviraí e São Gabriel do Oeste. Veja os números no Gráfico 2.



Fonte: SEMADE-MS, 2017
Elaborado pela autora

Conforme o Perfil dos Municípios Brasileiros/IBGE/2015, dos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, 71 possuem mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, observe na tabela 3 quais são esses mecanismos e quantos municípios se utilizam deles.

Tabela 3 – Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos utilizados por municípios de MS (2015)

Mecanismo de incentivo utilizado	Quantidade de municípios
Redução do IPTU	39
Isenção do IPTU	38
Isenção do ISSQN	38
Isenção de taxas	34
Cessão de terrenos	35
Doação de terrenos	56
Outros	23

Fonte: IBGE, 2015
Elaborado pela autora

Nesse contexto, de acordo com o Perfil dos Municípios Brasileiros/IBGE (2015),

[...] intensificada na década de 1990, a concessão de benefícios fiscais e não fiscais para a atração de investimentos é uma prática relativamente antiga. Dessa forma, os governos municipais têm buscado influenciar a decisão de onde serão implantados novos empreendimentos, visando promover o deslocamento de um investimento para dentro de seus territórios (PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS/IBGE, 2015, p. 24).

Ribeiro Silva (2016), verificou em seu estudo que no ano de 2014, 121 indústrias receberam incentivos fiscais do estado de MS. Deste total o referido autor verificou a origem de 49 empreendimentos, dos quais, 36 são originários do estado de São Paulo. Em seguida aparece o estado de Santa Catarina com 5 indústrias, em terceiro o estado de Rio Grande do Sul com 4 indústrias instaladas, em quarto o estado de Mato Grosso com 2 indústrias, e por último os estados de Goiás e Rio de Janeiro com 1 indústria cada. Para Ribeiro Silva (2016, p.138), “a proximidade com o estado de São Paulo fundamenta uma estrutura produtiva sul-mato-grossense com uma considerável interferência da atmosfera industrial paulista”. Broch (2013) ressalta que,

O território sul-mato-grossense tem área total de 357.145,836 Km² e está dividido em setenta e oito municípios, com uma população estimada, em 2010, de aproximadamente 2,45 milhões de habitantes. Faz divisa político-administrativa com os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e defronta-se com a República do Paraguai que, junto à Bolívia, define a linha fronteira ocidental brasileira. Sua localização geoestratégica predestina o estado a desempenhar funções fundamentais no cenário econômico brasileiro ao favorecer as relações com os maiores mercados brasileiros do Sul e Sudeste, especialmente, com países interessados no agronegócio. (BROCH, 2013, p. 1).

De acordo com Ribeiro Silva (2016), que estudou a origem das indústrias beneficiadas por incentivos fiscais no ano de 2014, parte significativa dos empreendimentos são originárias do estado de São Paulo. Esse fato pode ser explicado pela localização estratégica do estado de Mato Grosso do Sul (a proximidade com São Paulo), dentre outros fatores como mão de obra barata, fraca organização sindical, incentivos fiscais disponibilizados pelo estado, o que contribui para a atração de indústrias.

4. Conclusões

Este artigo teve por objetivo apreender a realidade industrial de Mato Grosso do Sul por meio da política de incentivos fiscais. Para contemplar tal proposta, foi necessário identificar as diferentes possibilidades de incentivos fiscais e analisar quantitativamente a dinâmica industrial. Esta realidade só pode ser compreendida à luz da dinâmica industrial brasileira que historicamente contou com o papel ativo do Estado por meio do planejamento público. É pertinente destacar que a industrialização brasileira passou a ser objeto de planejamento público somente após um choque externo que expos a fragilidade e dependência da economia brasileira em relação ao contexto internacional. Essa “escolha” pela industrialização foi motivada pela concepção teórica de que o desenvolvimento econômico é resultado do aumento da participação industrial na criação de riqueza de um país ou região.

Passadas algumas décadas e em pleno século XXI, o direcionamento estatal (leia-se incentivos) continua sendo justificada uma vez que a lógica empresarial está pautada na lucratividade crescente e custos decrescentes. Nesta perspectiva, os territórios (por meio de suas instancias públicas) disputam os investimentos privados no intuito de gerar empregos e dinamismo econômico e em troca fazem, especialmente em nível municipal, a renúncia fiscal.

A dinâmica industrial de Mato Grosso do Sul pode ser apreendida a partir da lógica da industrialização das matérias primas produzidas regionalmente, portanto, não pressupõe mudança estrutural do ponto de vista produtivo.

Os dados apresentados e que compreendem o período de 2002 até 2016 (em alguns casos) e de fontes diferentes convergem para esta conclusão. Verificou-se que no período de 2002 a 2013 a participação da indústria no PIB de Mato Grosso do Sul aumentou de 16,71% no ano de 2002 para 22,16% no ano de 2013. O crescimento da indústria estadual é liderado pela agroindústria de transformação. Este segmento está voltado para o beneficiamento da produção primária, que vem da cadeia dos complexos de grãos, carnes, leite e demais produtos agropecuários e derivados. Inclui-se também no segmento de transformação o complexo mineral localizado principalmente no município de Corumbá.

Os dados atinentes ao número de empresas, empregos gerados e participação no valor bruto industrial para o ano de 2016 sinalizam a importância das empresas de grande porte de dois setores: frigorífico e produtos de carne e sucoenergética que respondem por quase 50% do valor bruto industrial de MS. Juntamente com as empresas de Papel e Celulose totalizam 159 unidades industriais (134, 22 e 3 respectivamente) responsáveis pela geração de aproximadamente 48 mil postos de trabalho.

Na perspectiva municipal, verificou-se que dos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, 71 possuem mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos. No ano de 2014, os municípios de MS que tiveram um número maior de indústrias incentivadas (para implantação ou ampliação) foram Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Paranaíba. Estes municípios apresentam vantagens em se tratando de localização e infraestrutura de transporte para o escoamento da produção. A estratégia de incentivo, em sua maioria, se refere a doação de terrenos, redução do IPTU, isenção de IPTU ou ISSQN. E ainda, a concentração industrial fica evidente nos dados correspondentes a distribuição territorial das empresas que receberam incentivos entre 2010 e 2015: dez municípios responderam por mais de 70% destas empresas.

Por fim, é possível afirmar que a desconcentração industrial brasileira responde a uma lógica estatal pautada na busca pelo crescimento econômico (ou seja, aumento quantitativo da riqueza e não desenvolvimento) e exploração das vantagens competitivas de cada território. Essa conclusão, inevitavelmente, provoca outras problemáticas que devem embalar futuras pesquisas, entre elas: quais são as implicações dessa política industrial, pautada nas vantagens competitivas que não alteram a função agroexportadora de Mato Grosso do Sul, para o desenvolvimento econômico regional?

5. Referências

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço matogrossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php>> Acesso em 30. Set. 2016.

ABAGRP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Conceito Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/agronegocioConceito.php>> Acesso em 05 de Nov. de 2016.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. usjt - arq.urb - número 3/ primeiro semestre de 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf> Acesso em: 09. Out. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 129 de 08 de janeiro de 2009. Institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=fd99119b-b856-4cce-b1cd5041602007dc&groupId=14019> Acesso em: 04. Out. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5365.htm> Acesso em 05. Out. 2016.

BROCH, Synara A. Olendzki. **MATO GROSSO DO SUL: A fronteira é hídrica**. Revista Águas do Brasil, São Paulo, v. 1, p. 34 – 37, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://aguasdobrasil.org/edicao-06/mato-grosso-do-sul-a-fronteira-e-hidrica.html>> Acesso em: 01. Dez. 2016.

DINIZ, Clélio Campolina. **A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas**. IPEA, junho de 1995. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0375.pdf> Acesso em 07. Out. 2016.

DOMINGUES, Edson Paulo; RUIZ, Ricardo Machado. **Os desafios ao desenvolvimento regional brasileiro**. *Cienc. Cult.*[online]. 2006, vol.58, n.1, pp. 42-44. ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000100017&script=sci_arttext> Acesso em 10. Out. 2016.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **50 anos em 5: o Plano de Metas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em: 11. Out. 2016.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>> Acesso em: 11. Out. 2016.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>> Acesso em: 01. Abr. 2017.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi *et al.* **O agronegócio e o marketing rural no estado de Mato Grosso do Sul**. História e Perspectivas, Uberlândia (55): 271-289, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/35787/18918>> Acesso em 25. Set. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 93 de 05 de novembro de 2011. Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda

(MS-EMPREENDEDOR) e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado de Mato Grosso do Sul]**, Campo Grande, MS, de 06 de novembro de 2011.

MENDONÇA, Tiberio. **Processo de Industrialização Brasileira**. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5202924-Universidade-estadual-vale-do-acarau-uva-disciplina-geografia-das-industrias-professor-tiberio-mendonca-processo-de-industrializacao-brasileira.html>> Acesso em: 11. Out. 2016.

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN: uma decisão política**. 2002. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>> Acesso em: 16. Mar. 2017.

NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. **Guerra Fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns Estados participantes**. Econ. aplic., São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677-706, OU TUBRO-DEZEMBRO 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007> Acesso em: 16. Mar. 2017.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880- 1990)**. 1994. 268 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), CAMPINAS - SP. 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000082292>> Acesso em: 05. Out. 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf> Acesso em 01. Dez. 2016.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

RIBEIRO SILVA, CRISTOVÃO HENRIQUE. **Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2016.

ROCHA, Alessandra Lopes da; BUSCIOLI, Jaicy Fidelis Iahn; SILVA, Walter Guedes da. **Planejamento Regional No Centro-Oeste: da Velha à Nova SUDECO**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 15 – Ano 8, Maio 2012. Disponível em: <<http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/415/194>> Acesso em: 01. Out. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Diretrizes - Política Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/diretrizes/>> Acesso em 13. Out. 2016.

SILVA, Ricardo Barbosa da. **Concentração e desconcentração industrial: São Paulo é centro industrial do país**. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/concentracao-e-desconcentracaoindustrial-sao-paulo-e-centro-industrial-do-pais.htm>> Acesso em: 05. Out. 2016.

TAVARES, Jeferson Cristiano. **A Teoria dos Pólos de Crescimento e o Diálogo entre o Planejamento Urbano e Regional: Permanências e Ausências na Urbanização do Estado de São Paulo.** Anais XVI ENANPUR, V. 1, p. 01-17, 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=614> Acesso em: 11. Jan. 2017.